

## **Existe um pensamento internacional brasileiro?**

Dawisson Belém Lopes

### **Dawisson Belém Lopes**

é professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: dawisson@ufmg.br

A pergunta que dá título ao texto introdutório deste dossiê – evocando um conhecido ensaio de Raymundo Faoro sobre a possibilidade de um pensamento político autóctone<sup>1</sup> – toca em importante questão de fundo. Em resposta curta a ela, dir-se-ia: sim, existe pensamento internacional no Brasil, por suposto. A resposta longa demandaria, é claro, algumas linhas adicionais para a devida elaboração. Talvez duas ou três dúzias de páginas. Ou uma biblioteca inteira.

Se, por “pensamento”, compreendemos o conjunto das ideias, crenças, valores, princípios etc. que se expressa por registro político, acadêmico, religioso, burocrático, jornalístico, artístico ou literário, logo se identificará um repertório alentado de construções, discursivas e performáticas, acerca do “estar no mundo” brasileiro, desde a Bula Intercoetera e o Tratado de Tordesilhas até os dias correntes. Uma certa noção de Brasil – ou seja, as figurações do eu-nacional brasileiro, de seus desafios e potenciais, dos seus problemas persistentes e de suas virtudes adamantinas *vis-à-vis* os outros, o restante dos países, o entorno internacional – será detectada em fragmentos de texto, em obras de arte visual, em espetáculos de música e dança, de Pero Vaz de Caminha a Beatriz Milhazes, de Xica da Silva a Chico Buarque de Holanda.

De mais a mais, como o fundamento organizacional do sistema de Estados é justamente a soberania – a qual embute, nas formulações mais recentes, tanto o reconhecimento à autodeterminação dos povos quanto o respeito à jurisdição exclusiva de cada nação sobre seu respectivo território –, pensar sobre o “internacional” na era da globalização é absolutamente necessário. Para uma gama variada de teóricos, trata-se de mandamento para a sobrevivência de todo Estado moderno. Não por acaso, anunciava um poeta português século e meio atrás, navegar é preciso. Pois ninguém é uma ilha. Nem mesmo Cuba ou Madagascar.

No caso do Brasil, a contemplação sobre o “estar no mundo” coube, inicialmente, aos diplomatas. Já se disse até que, enquanto navegadores descobriram a terra e bandeirantes expandiram a fronteira, tocou ao Barão do Rio Branco e sua patota desenhar o mapa nacional.<sup>2</sup> Durante longa data, a reflexão crítica sobre as relações exteriores do Paço Imperial, do Catete e do Planalto esteve a cargo de um grupo restrito de homens brancos, bem-nascidos e aquinhoados, conhecedores de línguas estrangeiras e de regras de etiqueta, incumbidos pelo chefe de Estado de representar a pátria.<sup>3</sup>

É possível argumentar, todavia, que a sobreposição entre pensamento e ação internacional, pela via diplomática, tornou, como consequência imprevista, nosso ideário sobre o mundo muitíssimo “rente” da ontologia social. O celebrado “pragmatismo” da diplomacia brasileira, se, por um lado, ressalta a adaptação a circunstâncias sempre cambiantes, por outro, ilumina a possível falta de densidade do “pensamento internacional” forjado sob os umbrais da Casa de Rio Branco. *Homo faber* e *homo reflexivus*, afinal, são espécies que não se confundem.

A repetição *ad nauseam* de determinados mantras, tornados tradições diplomáticas, passa a não dar conta de captar, com o avanço do processo de industrialização/ urbanização/ escolarização/ estratificação/ segmentação, as tendências de uma cada vez mais complexa sociedade democrática, em pleno século XXI. A tradução do pensamento internacional do país começa a prescindir da “cláusula de exclusividade” imposta pelos diplomatas – seus intérpretes por excelência. É quando, inadvertidamente, outros atores (intrusos?)<sup>4</sup> – acadêmicos, literatos, economistas, juristas, médicos, cientistas sociais, dentre outros tantos perfis profissionais – passam a contribuir, de maneira mais ou menos sistemática, com a fortuna crítica. Segundo se estima, a inflexão terá sido decisiva para justificar a transição de um pensamento diplomático<sup>5</sup> *stricto sensu* para um pensamento internacional brasileiro, em latíssimo sentido.

A “invasão bárbara” de não diplomatas ao campo de reflexão sobre o “estar no mundo” brasileiro faz-se notar neste volume da *Revista Estudos Políticos*. Senão, vejamos: Pedro Matos explora em seu ensaio sobre lusotropicalismo a faceta internacional do edifício teórico de Gilberto Freyre, *antropólogo*. Loque Arcanjo Jr. traz ao conhecimento do público o cosmopolitismo sincrético que lastreou as concepções de Heitor Villa-Lôbos, *músico*. Enrique Natalino discute os fundamentos ideológicos do “diplomata” Fernando Henrique Cardoso, *sociólogo e político de carreira*. Diego Vasconcelos Neto e colaboradoras abordam, por fim, o papel da *militância de direitos humanos* para a fabricação da política internacional de direitos humanos do Estado brasileiro.

Para repetir expressão do ex-chanceler Celso Amorim, trata-se de “*new kids on the block*”, de novos moradores no condomínio de pensadores da inserção internacional do país.<sup>6</sup> Há outros grupos de interesse e atores individuais não citados neste dossiê, cujas contribuições são crescentemente investigadas e valorizadas nas universidades e centros de pesquisa, no Brasil e alhures. Mas isso não obsta – fique bem entendido – que diplomatas continuem a jogar papéis na cunhagem de ideias. Como Aline Burni desenvolve em seu artigo neste volume, a diplomacia cultural é, ainda, um virtual monopólio do Ministério de Relações Exteriores. Guilherme Casarões, ao resgatar notas sobre o liberalismo social de José Guilherme Merquior, também convida o Itamaraty para um lugar à mesa. Existe, hoje, ao contrário de antanho, um universo bastante amplo e variegado de atores sociais a modelar o pensamento internacional brasileiro – o que fica sugerido pela açambarcante narrativa de Mario Valente.

Notar, ademais, um efeito colateral interessante, perceptível no âmbito acadêmico em especial, da evolução do nosso pensamento internacional: a nítida divisão entre abordagens dualistas e monistas a respeito da presença do Brasil no mundo. As formulações clássicas, mais tendentes à historiografia e aos relatos diplomáticos, operam em chave *dualista*, supondo possível apartar – para efeitos heurísticos ou didáticos – os planos doméstico e exterior. Segundo essa lógica, política interna e internacional teriam naturezas singulares, tornando-se passíveis de decantação, ainda que não correspondam, exatamente, a água e óleo.

As correntes mais contemporâneas do pensamento internacional brasileiro – a que os autores deste dossiê se filiam – são *monistas* e, por isso, não dão por admissível que sociedade e Estado recebam tratamento em separado, como se fossem “níveis de análise” completamente desencaixados. A integração entre o interno e o internacional é pedra-de-toque desta mirada mais “sociológica” proposta na *Revista Estudos Políticos*. Nesse sentido,

mais do que oferecer uma leitura plural e interdisciplinar sobre um tema, é, sobretudo, de transdisciplinaridade que estamos falando.

320

Ante todo o exposto, o *Pensamento Internacional Brasileiro*, redigido com as iniciais maiúsculas, é zona de convergência entre saberes. É precisamente o espaço para construções intelectuais de fronteira, de olhares lançados do Brasil para o mundo, e vice-versa. É sob essa rubrica novidadeira e promissora, portanto, que o presente dossiê está albergado. Esperamos, com sinceridade e modéstia, que as colaborações aqui reunidas façam jus à vitalidade acadêmica do emergente campo de estudos, assim como às muitas expectativas por ele suscitadas.

### Cite este artigo

BELÉM LOPES, Dawisson. Existe um pensamento internacional brasileiro? **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol.6, N.2, pp. 317 – 320, setembro 2016. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

### Notas

1. FAORO, Raymundo. 1987. Existe um pensamento político brasileiro?, *Revista Estudos Avançados*, vol. 1, número 1, p. 9-58.
2. GOES, Synesio. 2015. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: IPRI/FUNAG.
3. O moto “Ubiquae patria memor”, texto constante no ex-libris do Barão do Rio Branco, explicita essa relação espiritual.
4. BADIE, Bertrand. 2009. *O diplomata e o intruso: a entrada das sociedades na arena internacional*. Salvador: Ed. UFBA.
5. PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). 2013. *Pensamento Diplomático Brasileiro* [3 volumes]. Brasília: FUNAG.
6. “Celso Amorim: Brasil, Rússia, China e Índia são os ‘New Kids on the Block’”. *O Globo*, 16 de junho de 2009. Disponível na internet em: <http://oglobo.globo.com/economia/celso-amorim-brasil-russia-china-india-sao-os-new-kids-on-the-block-3191650>.